REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ANÁLISE PATRIMONIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UEA NOS EXERCÍCIOS DE 2024 E 2025: CONTRIBUIÇÕES À GESTÃO, ACCOUNTABILITY, EFICIÊNCIA E GOVERNANÇA DO GASTO PÚBLICO

UEA'S PATRIMONIAL, BUDGETARY, AND FINANCIAL ANALYSIS FOR THE 2024 AND 2025 FISCAL YEARS: CONTRIBUTIONS TO PUBLIC EXPENDITURE MANAGEMENT, ACCOUNTABILITY, EFFICIENCY, AND GOVERNANCE

Ciências Sociais Aplicadas • 23/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795295928

Thiago Vinícius Silva de Medeiros[1]

Nívily Simukaua Prado[2]

Juliano Milton Kruger[3]

RESUMO

A análise das demonstrações contábeis no setor público constitui um instrumento relevante para o acompanhamento da gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo compreender como a análise das demonstrações contábeis da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pode subsidiar a gestão dos recursos públicos, considerando sua situação patrimonial, orçamentária e financeira. Metodologicamente, caracteriza-se como aplicada, de caráter descritivo e comparativo, com abordagem quali-quantitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com procedimentos de estudo de caso. Foram examinados o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro dos exercícios de 2024 e 2025, mediante comparação dos valores e interpretação de indicadores contábeis. Os resultados evidenciaram redução dos indicadores de liquidez, aumento das obrigações e agravamento do patrimônio líquido negativo, acompanhados pelo crescimento do saldo financeiro ao final do período. A análise também destacou a relevância das transferências financeiras recebidas para a compreensão da estrutura de financiamento da instituição e a contextualização do déficit orçamentário. Esses movimentos exigem interpretação conjunta, pois o aumento das disponibilidades não representa, isoladamente, maior capacidade de cobertura das obrigações. Conclui-se que a análise integrada das demonstrações contábeis permite identificar fragilidades patrimoniais e financeiras e oferece subsídios ao planejamento, ao monitoramento de riscos e à tomada de decisões, podendo contribuir para a transparência e a prestação de contas na gestão universitária.

Palavras-chave: Contabilidade pública; Demonstrações contábeis; Gestão dos recursos públicos; Indicadores contábeis; Universidade do Estado do Amazonas.

ABSTRACT

The analysis of public sector financial statements constitutes an important instrument for monitoring the management of public resources. In this context, this research aimed to understand how the analysis of the financial statements of the State University of Amazonas (UEA) can support public resource management, considering its financial, budgetary, and asset position. Methodologically, the study is classified as applied research, with a descriptive and comparative nature, adopting a mixed-methods approach (qualitative and quantitative), conducted through bibliographic and documentary research, using a case study approach. The Balance Sheet, Budgetary Balance Sheet, and Financial Balance Sheet for the fiscal years 2024 and 2025 were examined by comparing their values and interpreting accounting indicators. The results revealed a decline in liquidity indicators, an increase in liabilities, and a worsening of the negative net equity position, alongside an increase in the financial balance at the end of the period. The analysis also highlighted the importance of financial transfers received in understanding the institution's financing structure and contextualizing the budget deficit. These developments require a joint interpretation, since an increase in available financial resources does not, in itself, indicate a greater capacity to cover liabilities. It is concluded that the integrated analysis of financial statements makes it possible to identify asset-related and financial weaknesses and provides support for planning, risk monitoring, and decision-making, thereby contributing to transparency and accountability in university management.

Keywords: Public Sector Accounting; Financial Statements; Public Resource Management; Accounting Indicators; State University of Amazonas.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é o ramo da ciência social aplicada que fornece informações úteis para a tomada de decisões, possuindo papel fundamental na economia contemporânea, abrangendo desde as entidades de direito privado até aquelas de direito público. Desse estudo, um ramo da ciência contábil que desempenha uma função crucial é a contabilidade pública, possibilitando um controle do registro de recursos públicos, bem como suas entradas e saídas, permitindo maior confiabilidade e transparência para com a sociedade.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2024), a contabilidade pública possui o objetivo de fornecer informações sobre a gestão de recursos públicos para fins de prestação de contas (*accountability*), podendo oferecer aos seus usuários entendimentos sobre os aspectos orçamentários, patrimoniais e financeiros das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, garantindo assim, o cumprimento do princípio da publicidade.

Segundo Costa (2016), há a necessidade de que tais aspectos e informações sejam apresentadas de forma objetiva e sistematizada, para melhor compreensão. A partir desse entendimento que se observa a importância da análise das demonstrações contábeis como instrumento de apoio para os gestores públicos, pois subsidia aos usuários informações relevantes para a tomada de decisões.

Ademais, de acordo com Kruger (2021), o planejamento nas repartições públicas impacta diretamente a *performance* dos governos, a partir disso, há o entendimento de que a análise das

demonstrações se consolida como um método de estudo crucial, garantindo a compreensão do patrimônio público no contexto da administração da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações.

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca analisar e compreender as demonstrações contábeis disponibilizadas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), no período de 2024 e 2025, evidenciando os indicadores pertinentes. O estudo busca compreender a seguinte questão: como a análise das demonstrações contábeis pode contribuir para a boa gestão dos recursos públicos da Universidade do Estado do Amazonas? A resposta dessa questão é fundamental para entender como a UEA administra a eficiência, governança e *accountability* no que diz respeito aos gastos públicos.

O objetivo geral deste estudo é compreender como a análise das demonstrações contábeis da Universidade do Estado do Amazonas pode contribuir para uma melhor compreensão da gestão dos recursos públicos, considerando aspectos patrimoniais, orçamentários e financeiros no âmbito da instituição.

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (a) avaliar as alterações na situação patrimonial da UEA entre 2024 e 2025, considerando a liquidez, a composição das obrigações e o patrimônio líquido; (b) examinar a execução orçamentária e a movimentação financeira da instituição, considerando sua estrutura de financiamento e a evolução das disponibilidades; e (c) discutir os riscos e os subsídios à gestão dos recursos públicos evidenciados pela análise integrada das

demonstrações contábeis, considerando suas possíveis contribuições para a transparência e a prestação de contas.

Como fatores justificativos, esse estudo toma por base a relevância da análise das demonstrações contábeis, integrando números e indicadores pertinentes, uma vez que a relevância da prestação de contas, principalmente no âmbito público, é de suma importância para com a sociedade. Ademais há a necessidade de verificar como a gestão pública pode impactar diretamente na sociedade, pois, a boa gestão dos recursos públicos, bem como seus gastos, é fundamental para garantir que sejam aplicados de forma eficiente, transparente e responsável, promovendo melhores resultados para a sociedade. Nesse sentido, o estudo contribui ao evidenciar a importância da análise das informações contábeis como ferramenta de apoio à tomada de decisão no setor público, possibilitando maior controle, planejamento e avaliação das ações governamentais.

Como fator teórico, esse estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a análise das demonstrações contábeis aplicada ao setor público, especialmente à uma instituição de ensino superior, portanto, agregará valor ao campo acadêmico, oferecendo uma fundamentação para futuras pesquisas envolvendo as demonstrações contábeis da Universidade do Estado do Amazonas, podendo servir como referência para estudos comparativos dentre outras repartições públicas.

Sob a perspectiva pessoal, a escolha do tema proposto decorre do reconhecimento da relevância da análise das demonstrações contábeis para a compreensão do comportamento financeiro e patrimonial das entidades, sejam elas públicas ou privadas. Além disso, o interesse pelo conhecimento técnico da área, aliado à

necessidade de aprofundar os estudos acerca do funcionamento e da gestão das repartições públicas, constituiu um importante estímulo para o desenvolvimento desta linha de pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas Ao Setor Público

Para Marion (2018), a contabilidade é a ciência dedicada ao estudo do patrimônio, utilizando métodos próprios desenvolvidos para registrar e analisar todos os fatos que impactam a situação patrimonial. As informações produzidas por essa área são fundamentais para subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores em geral. No âmbito do setor público, a contabilidade configura-se como um instrumento essencial para a coleta, o registro, a acumulação e a geração de informações relacionadas ao patrimônio público.

Segundo Costa (2016), os dados produzidos por essa análise, em sua maioria expressos por meio de indicadores financeiros, constituem ferramentas relevantes para demonstrar aos gestores públicos e à sociedade, de modo geral, os resultados alcançados pela administração governamental em um determinado período, garantindo segurança e publicidade dos atos e fatos contábeis das repartições públicas.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2024), em sua 11ª edição, nos orienta e estabelece o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), cada um com suas particularidades e objetivos no que diz respeito às movimentações dos recursos públicos, sendo eles: i. Balanço

Patrimonial; ii. Demonstração das Variações Patrimoniais; iii. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; iv. Demonstração dos Fluxos de Caixa; v. Balanço Orçamentário; vi. Balanço Financeiro; vii. Notas explicativas, compreendendo a descrição sucinta das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas; viii. Informação comparativa com o período anterior.

Ademais, o MCASP (2024) também orienta que as demonstrações contábeis podem exercer um papel preditivo ou prospectivo, ao fornecer informações relevantes que auxiliam na estimativa dos recursos necessários para a continuidade das atividades. Nesse contexto, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), tem como finalidade evidenciar de maneira integrada os efeitos das ações governamentais, demonstrando como a atuação do Estado e o atendimento às demandas da sociedade refletem nas finanças e no patrimônio público (Galvão; Carvalho, 2026).

Conforme apontado por Andrade (2017), há uma quantidade de estudos relativamente baixa sobre a análise das demonstrações no setor público, diferentemente do que acontece nas entidades privadas. Ademais, o autor ressalta que uma avaliação minuciosa dos balanços e demonstrativos das entidades públicas, fundamentada em informações confiáveis, permite ao gestor público adotar decisões em consonância com os princípios da Administração Pública, tais como economicidade, equilíbrio e eficiência.

Para Kohama (2015), a análise das demonstrações contábeis consiste em um processo investigativo dos fatos econômico-financeiros, fundamentado nas informações extraídas dos balanços públicos e demais relatórios contábeis. Trata-se de uma ferramenta essencial

que possibilita interpretar a situação patrimonial, financeira e orçamentária das entidades públicas, especialmente, a Universidade do Estado do Amazonas, indo além da simples leitura dos números ao buscar identificar tendências, variações e possíveis inconsistências.

Além disso, Santana (2021) evidencia que a contabilidade pública estabelece aos gestores a responsabilidade de disponibilizar informações referentes às receitas arrecadadas e às despesas executadas, servindo de apoio ao controle social e contribuindo para uma melhor compreensão dos dados orçamentários e financeiros. Dessa forma, ao cumprir esse dever de transparência, a contabilidade consolida-se como um instrumento essencial para o acompanhamento, fiscalização e controle da aplicação dos recursos públicos pela sociedade.

Silva, Couto e Cardoso (2016) complementam que a partir dessas informações apontadas anteriormente, a análise torna-se uma ferramenta gerencial para o processo de decisão organizacional, permitindo vantagens positivas por parte da entidade que a utiliza, analogamente ao que acontece no setor público, pois contribui para a alocação eficiente dos recursos públicos e para o aprimoramento da governança, de modo a promover melhores resultados institucionais e a sustentabilidade das ações governamentais.

Para uma abordagem mais objetiva quanto ao estudo científico, foi restringido, sem detrimento das demais demonstrações, à análise dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro, tendo em vista que esses demonstrativos concentram as informações mais relevantes para a avaliação da situação econômica, financeira e orçamentária das entidades públicas.

O balanço patrimonial, conforme Lima e Muniz (2016), evidencia, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, a posição estática do patrimônio, ao demonstrar as contas que representam o patrimônio público, uma vez que, tais contas são estruturadas em um demonstrativo contábil dividido em duas partes: o Ativo, que reúne os elementos classificados em circulante e não circulante, e o Passivo, que engloba as obrigações também distribuídas em circulante e não circulante, além do patrimônio líquido, que evidencia a geração de capital próprio da entidade.

O balanço orçamentário demonstra a execução das receitas e despesas previstas, possibilitando verificar o cumprimento do planejamento governamental (MCASP, 2024). Ademais, Kohama (2015) complementa que o balanço orçamentário é como um quadro de contabilidade dividido em duas seções, uma vez que é distribuído as receitas previstas e realizadas, bem como as despesas fixadas e realizadas, que, ao final quando confrontadas, gerará para a entidade pública um déficit ou superávit orçamentário.

O balanço financeiro busca evidenciar o fluxo de ingressos e dispêndios, contribuindo para a compreensão da gestão de caixa e do equilíbrio financeiro. Conforme Silva e Oliveira (2024), o balanço financeiro tem por finalidade elaborar indicadores que subsidiem a avaliação da gestão financeira. Esse demonstrativo busca evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária, em conjunto com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2. Indicadores (Quocientes) Utilizados na Análise das Demonstrações

Os indicadores financeiros oriundos da contabilidade têm como finalidade traduzir os dados das demonstrações contábeis em informações analíticas mais claras e úteis ao processo decisório. Isso se justifica pelo fato de que a simples observação de valores absolutos, isoladamente, muitas vezes não permite aos gestores, especialmente no âmbito das repartições públicas, compreender de forma adequada a real situação econômica, financeira e orçamentária da entidade. Santos e Andrade (2013) relata que isso contribui para tornar a informação mais acessível aos usuários, inclusive àqueles que não detêm conhecimento técnico específico em contabilidade aplicada ao setor público.

No que se refere aos índices, Kohama (2015) os aborda de maneira analítica e sistematizada, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos que auxiliam na interpretação qualificada dos relatórios financeiros no âmbito das repartições públicas. Essa abordagem é relevante, pois os índices não apenas sintetizam dados contábeis, mas também permitem avaliar o desempenho da gestão sob diferentes perspectivas, como equilíbrio orçamentário, capacidade financeira, liquidez e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Quadro 1. Indicadores do Balanço Patrimonial.

Indicadores	Fórmulas	Interpretação Contábil
Liquidez Imediata *Mede a capacidade de uma organização de quitar suas*	$LI = \frac{Disponibilidades}{Passivo\ Circulante}$	**Igual a 1:** disponibilidades iguais ao passivo circulante; **Maior que 1:** recursos

obrigações de curto prazo utilizando apenas os recursos que estão disponíveis de forma imediata.		financeiros disponíveis são suficientes para honrar as obrigações de curto prazo; **Menor que 1:** insuficiência desses recursos.
Liquidez Corrente *Utilizado para avaliar a capacidade de uma entidade cumprir suas obrigações de curto prazo por meio de seus bens e direitos realizáveis também no curto prazo.*	$LC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante}$	**Igual a 1:** ativo e passivo circulante iguais; **Maior que 1:** recursos de curto prazo são suficientes para cumprir as obrigações de curto prazo; **Menor que 1:** insuficiência desses recursos.
Liquidez Geral *Utilizado para avaliar a capacidade de uma entidade honrar todas as suas obrigações,*	$LG = \frac{Ativo\ Circulante + ARLP}{Passivo\ Exigível}$	**Igual a 1:** ativo circulante e realizáveis a longo prazo iguais ao passivo; **Maior que 1:** recursos financeiros

tanto de curto quanto de longo prazo, utilizando seus bens e direitos realizáveis em diferentes horizontes temporais.		disponíveis mais os bens e direitos são suficientes para honrar as obrigações de curto e longo prazo; **Menor que 1:** insuficiência desses recursos.
Liquidez Seca *Avalia a capacidade de uma entidade cumprir suas obrigações de curto prazo utilizando seus ativos de maior liquidez, desconsiderando os estoques, por serem elementos que podem demandar mais tempo para conversão em dinheiro.*	$LS = \frac{Ativo\ Circulante\ -\ Estoques}{Passivo\ Circulante}$	**Igual a 1:** indica que possui recursos líquidos suficientes para quitar todas as suas obrigações de curto prazo desconsiderando os estoques; **Maior que 1:** revela que a entidade dispõe de recursos líquidos superiores às suas dívidas de curto prazo; **Menor que 1:** aponta que os ativos líquidos disponíveis

		não são suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, e a entidade depende dos estoques.
Composição do Endividamento *Utilizado para identificar qual parcela do total das obrigações de uma entidade está concentrada no curto prazo.*	$CE = \frac{Passivo\ Circulante}{Passivo\ Exigível}$	**Igual a 1:** 100% do passivo é circulante; **Maior que 1:** situação impossível, o passivo circulante integra o passivo exigível total e não pode superá-lo; **Menor que 1:** percentual do passivo circulante em comparação ao passivo total.
Quociente da Situação Financeira *Esse índice evidencia a relação entre os ativos financeiros e os passivos financeiros da*	$QSF = \frac{Ativo\ Financeiro}{Passivo\ Financeiro}$	**Igual a 1:** equivalência entre ativo financeiro e passivo financeiro; **Maior que 1:** ativo financeiro superior ao

entidade, permitindo identificar sua condição de liquidez financeira ao final do exercício. Ademais, tais valores são independentes de autorização orçamentária, diferenciando das classificações de ativo e passivo circulantes.		passivo financeiro, indicando diferença positiva entre essas rubricas; **Menor que 1:** ativo financeiro inferior ao passivo financeiro, indicando diferença negativa entre essas rubricas. A interpretação deve considerar a composição das contas e os critérios de apuração do superávit financeiro.
Quociente da Situação Permanente *Esse quociente expressa a relação entre o ativo permanente e o passivo permanente, conforme a classificação financeira e permanente*	$QSP = \frac{Ativo\ Permanente}{Passivo\ Permanente}$	**Igual a 1:** equivalência entre ativo permanente e passivo permanente; **Maior que 1:** ativo permanente superior ao passivo permanente; **Menor que 1:** ativo permanente

do patrimônio público. Sua interpretação deve considerar a composição dessas rubricas, sem equipará-las, respectivamente, ao ativo e ao passivo não circulantes.		inferior ao passivo permanente. Essa classificação não equivale à distinção entre ativos e passivos de longo prazo.

Fonte: Kohama (2015).

O balanço patrimonial de uma entidade pública constitui uma importante fonte de informações para a compreensão de sua situação financeira, do seu equilíbrio econômico e da sua capacidade de cumprir obrigações tanto no curto quanto no longo prazo.

Segundo Sidumo e Macane (2026) o balanço patrimonial é uma demonstração contábil que evidencia, de forma estruturada, a posição patrimonial e financeira de uma entidade em determinada data. Por meio dele, são apresentados os ativos, que representam os bens e direitos controlados pela organização; os passivos, correspondentes às obrigações assumidas perante terceiros; e o patrimônio líquido, que reflete os recursos próprios e o valor residual dos ativos após a dedução de todas as obrigações. A análise dessas informações possibilita avaliar a estrutura financeira da entidade, seu nível de solvência, liquidez, grau de endividamento e capacidade de manutenção de suas operações, servindo como importante

instrumento para a tomada de decisões gerenciais e para o acompanhamento da saúde econômico-financeira da organização.

Quadro 2. Indicadores do Balanço Orçamentário.

Indicadores	Fórmulas	Interpretação Contábil
Execução da Receita *Utilizado na análise das demonstrações contábeis do setor público para verificar o nível de realização da receita prevista no orçamento em relação ao montante efetivamente arrecadado durante o exercício financeiro.*	$ER = \frac{Receita\ Realizada}{Previsão\ Inicial}$	**Igual a 1:** arrecadação conforme previsto; **Maior que 1:** excesso de arrecadação; **Menor que 1:** insuficiência de arrecadação.
Equilíbrio Orçamentário *Obtido da relação entre a despesa fixada e a receita prevista.*	$EO = \frac{Dotação\ Atualizada}{Previsão\ Inicial}$	**Igual a 1:** equilíbrio orçamentário; **Maior que 1:** montante aberto de créditos adicionais; **Menor que 1:** montante da receita prevista superior a dotação atualizada.

Execução da Despesa *Utilizado na análise das demonstrações contábeis do setor público para mensurar o grau de realização das despesas previstas no orçamento em relação ao montante efetivamente executado durante o exercício financeiro.*	$ED = \frac{Despesas\ Empenhadas}{Dotação\ Atualizada}$	**Igual a 1:** despendeu-se o que foi previsto; **Maior que 1:** excesso de despesas, indicando ilegalidade, pois não se pode efetuar gastos sem autorização legislativa; **Menor que 1:** economia orçamentária.
Execução Orçamentária Corrente *Utilizada para analisar a proporção da receita corrente em relação ao montante da despesa corrente.*	$EOCo = \frac{Receita\ Corrente}{Despesa\ Corrente}$	**Igual a 1:** receitas e despesas correntes são iguais; **Maior que 1:** superávit orçamentário corrente; **Menor que 1:** déficit orçamentário corrente.
Execução Orçamentária de Capital *Utilizada para analisar a proporção da receita de capital em relação ao montante da despesa de capital.*	$EOCa = \frac{Receita\ de\ Capital}{Despesa\ de\ Capital}$	**Igual a 1:** receitas e despesas de capitais são iguais; **Maior que 1:** superávit orçamentário de capital; **Menor que 1:** déficit

		orçamentário de capital.
Resultado Orçamentário *Utilizado na análise das demonstrações contábeis do setor público para verificar a relação entre a receita efetivamente arrecadada e a despesa executada durante determinado exercício financeiro.*	$RO = \frac{Receitas\ Realizadas}{Despesas\ Empenhadas}$	**Igual a 1:** equilíbrio orçamentário; **Maior que 1:** superávit orçamentário; **Menor que 1:** déficit orçamentário.

Fonte: Kohama (2015).

Segundo Costa e Coelho (2026), o balanço orçamentário é a demonstração contábil que evidencia a execução do orçamento público ao longo do exercício financeiro, permitindo comparar os valores planejados com os efetivamente realizados. No que se refere às receitas públicas, essa demonstração apresenta sua classificação por categoria econômica e origem, destacando a previsão inicial, as eventuais atualizações realizadas durante o exercício, o montante efetivamente arrecadado e o respectivo saldo orçamentário, que pode indicar excesso de arrecadação ou frustração em relação ao valor originalmente estimado.

Quadro 3. Indicadores do Balanço Financeiro.

Indicadores	Fórmulas	Interpretação Contábil

Execução Orçamentária *Utilizado na análise das demonstraçõ es contábeis do setor público para verificar a relação entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária durante determinado exercício financeiro.*	$$EO = \frac{Receita\ Orçamentária}{Despesa\ Orçamentária}$$	**Igual a 1:** equilíbrio orçamentár io; **Maior que 1:** superávit orçamentár io; **Menor que 1:** déficit orçamentár io.
Financeiro Real da Execução Orçamentária *Obtido da relação entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária empenhada e paga.*	$$REO = \frac{Receita\ Orçamentária}{Despesa\ Orçamentária\ Paga}$$	**Igual a 1:** equilíbrio entre as receitas realizadas e as despesas pagas; **Maior que 1:** superávit na execução orçamentár ia e financeira, no regime de caixa; **Menor que 1:** déficit na execução orçamentár ia e financeira,

		no regime de caixa.
Execução Extraorçamentária *Utilizado na análise das demonstraçõ es contábeis do setor público para verificar a relação entre a receita extraorçame ntária e a despesa extraorçame ntária durante determinado exercício financeiro*	$EE = \frac{Receita\ Extraorçamentária}{Despesa\ Extraorçamentária}$	**Igual a 1:** receitas e despesas extraorçam entárias são iguais; **Maior que 1:** receitas extraorçam entárias superiores às despesas extraorçam entárias; **Menor que 1:** receitas extraorçam entárias inferiores às despesas extraorçam entárias.
Resultado da Execução Financeira *Utilizado na análise das demonstraçõ es contábeis do setor público para verificar a capacidade do ente público de honrar seus compromiss os financeiros de curto*	$REF = \frac{Receita*}{Despesa**}$ * Receita Orçamentária + Receita Extraorçamentária ** Despesa Orçamentária + Despesa Extraorçamentária	**Igual a 1:** receitas e despesas, orçamentár ias e extraorçam entárias, são iguais; **Maior que 1:** recebiment os do exercício superiores aos pagamento s do exercício;

prazo com os recursos financeiros disponíveis.		**Menor que 1:** recebimentos do exercício inferiores aos pagos do exercício.
Resultado dos Saldos Financeiros *Utilizado na análise das demonstrações contábeis do setor público para verificar a evolução da disponibilidade financeira de uma entidade entre o início e o final do exercício financeiro.*	$RSF = \frac{Saldo\ p/\ Exercício\ Seguinte}{Saldo\ do\ Exercício\ Anterior}$	**Igual a 1:** saldo para o exercício seguinte é igual ao saldo do exercício anterior; **Maior que 1:** resultado financeiro positivo; **Menor que 1:** resultado financeiro negativo.

Fonte: Kohama (2015).

Segundo Antunes (2026), o balanço financeiro é uma demonstração contábil que evidencia a movimentação financeira ocorrida em determinado exercício, apresentando de forma detalhada as receitas e despesas orçamentárias realizadas pela entidade, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária, que correspondem a recursos que transitam temporariamente pelos cofres públicos sem integrar diretamente o orçamento. Além disso,

essa demonstração relaciona os saldos de caixa e equivalentes de caixa provenientes do exercício anterior com aqueles apurados ao encerramento do período, que serão transferidos para o exercício subsequente.

Portanto, os indicadores derivados do balanço financeiro desempenham papel fundamental na promoção de uma gestão pública eficiente, responsável e transparente, uma vez que permitem avaliar, de forma mais precisa, a dinâmica dos fluxos financeiros da entidade.

2.3. Gestão, *Accountability*, Eficiência e Governança do Gasto Público

A gestão do gasto público é um elemento importante para o funcionamento das instituições estatais, principalmente no que se refere a alocação eficiente dos recursos e atendimento das demandas sociais. Nesse contexto, temos a governança pública como um modelo de coordenação entre Estado, setor privado e sociedade, visando melhora nas tomadas de decisão e na entrega das políticas públicas. Além disso, envolve mecanismos de liderança, estratégia e controle voltados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão pública, buscando melhores resultados para a sociedade (TCU, 2020).

O entendimento da gestão do gasto público requer a análise da contabilidade como elemento fundamental para apoio na tomada de decisão. A contabilidade tem como objetivo informações econômicas e financeiras úteis para a tomada de decisão dos usuários (Marion, 2018), o que possibilita a avaliação do desempenho, o controle dos custos e a análise da eficiência em relação a aplicação

dos recursos. Assim, a contabilidade se torna uma ferramenta estratégica para a administração pública, permitindo o monitoramento da execução orçamentária e financeira.

No contexto do gasto público, a eficiência tem o papel central, sendo compreendida como a relação entre os recursos utilizados e os resultados obtidos pela administração pública. Estudos indicam que a eficiência do gasto público varia dependendo da qualidade da gestão fiscal. Lima e Bezerra (2022), ao analisarem a eficiência do gasto público relacionado à saúde e educação nos estados brasileiros, demonstram que uma boa gestão fiscal está diretamente ligada a melhores resultados sociais, evidenciando que não somente volume de recursos, mas também a forma como eles são geridos impactam nas políticas públicas.

No cenário das instituições de ensino superior, a administração dos gastos com pessoal também se destaca como elemento estratégico. Conforme Fraga (2024), o controle dos gastos com pessoal em universidades públicas impacta diretamente em sua autonomia administrativa e sua capacidade de gestão, ressaltando a importância do equilíbrio entre responsabilidade fiscal e flexibilidade institucional.

De maneira complementar, Musgrave (1959) identifica a função alocativa do Estado, relacionada à provisão de bens e serviços públicos e à destinação de recursos para o atendimento de necessidades coletivas, como a educação. Nessa perspectiva, a análise do gasto público em instituições como a Universidade do Estado do Amazonas pode oferecer subsídios ao acompanhamento da aplicação dos recursos, respeitados os limites das informações contábeis disponíveis.

A *accountability* constitui elemento principal da governança pública, sendo definida como a obrigação dos gestores de prestar contas, justificar suas ações e assumir responsabilidade diante da sociedade (Bovens, 2007). Seus princípios fundamentais são: responsabilização, relacionada à obrigação dos gestores de responder por seus atos, devendo prestar contas à sociedade e aos órgãos de controle; transparência, voltada para a disponibilização de informações confiáveis, claras e tempestivas sobre a gestão pública; auditoria objetiva, responsável pela avaliação técnica e imparcial das informações contábeis e administrativas, assegurando a confiabilidade, regularidade e conformidade da gestão; comunicação oportuna, refere-se à divulgação tempestiva das informações, garantindo sua utilidade para fiscalização; e ética, ela orienta a conduta dos gestores, exigindo integridade, responsabilidade e compromisso com o interesse coletivo (IFAC, 2014; TCU, 2020).

Mejía Acosta (2013) demonstra que mecanismos de transparência e *accountability* tendem a aumentar a eficácia da gestão pública, especialmente quando em conjunto com instituições de controle forte, como os tribunais de contas e controladorias. No contexto brasileiro, Santin e Frizon (2020) reforçam que a transparência associada à *accountability* fortalece o controle social e melhora a governança pública.

Com base no referencial teórico apresentado, estabelece-se a seguinte proposição de pesquisa: a análise das demonstrações contábeis constitui um instrumento de apoio à gestão dos recursos públicos, na medida em que permite identificar a situação patrimonial, orçamentária e financeira das instituições públicas. Nesse sentido, considera-se que a análise contábil pode contribuir

para o fortalecimento da transparência, da *accountability* e das práticas de governança pública, sem pressupor uma relação causal direta, uma vez que esses aspectos são examinados por meio da análise documental das demonstrações contábeis da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), referentes aos exercícios de 2024 e 2025.

3. METODOLOGIA

Esta investigação segue a classificação metodológica proposta por Kruger (2023) e caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de caráter descritivo e comparativo, desenvolvida por meio de estudo de caso na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A natureza aplicada decorre da produção de informações que podem subsidiar a gestão dos recursos públicos da instituição. O caráter descritivo e comparativo corresponde ao exame das situações patrimonial, orçamentária e financeira e à identificação de suas alterações entre os exercícios de 2024 e 2025, sem a pretensão de estabelecer relações causais entre os indicadores contábeis e o desempenho da gestão.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa possui enfoque misto (quanti-qualitativo), combinando técnicas quantitativas, como a mensuração e análise de dados numéricos, com abordagens qualitativas, voltadas à interpretação e compreensão mais aprofundada dos fenômenos. Quanto às estratégias de pesquisa, foram utilizadas a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa documental consistiu na coleta e análise de dados secundários provenientes das demonstrações contábeis da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), especificamente o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário e o Balanço

Financeiro, referentes aos exercícios de 2024 e 2025. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamentou-se na consulta a livros, artigos científicos e demais publicações pertinentes à contabilidade pública, à análise das demonstrações contábeis e à governança no setor público, fornecendo o embasamento teórico e técnico necessário à interpretação dos dados.

O locus da pesquisa corresponde à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sendo adotada uma amostra não probabilística com corpos documentais, selecionada de acordo com critérios previamente definidos e alinhados aos objetivos da investigação. No que tange aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizados dados documentais e bibliográficos, abrangendo relatórios institucionais, demonstrações contábeis, especificamente o Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário vinculadas à unidade gestora da Universidade do Estado do Amazonas e disponibilizadas por meio do Diário Oficial do Estado do Amazonas. Para assegurar a possibilidade de reprodução da pesquisa, foram considerados os documentos oficiais publicados em 24 de março de 2025, referente ao ano-calendário de 2024 e 24 de março de 2026, referente ao ano-calendário de 2025. A coleta contemplou variáveis patrimoniais, orçamentárias e financeiras, incluindo ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas previstas e realizadas, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, transferências financeiras, ingressos e dispêndios extraorçamentários e saldos financeiros. As informações foram organizadas em planilhas para comparação entre os exercícios e cálculo dos indicadores selecionados.

A análise dos dados foi realizada por meio de procedimentos de análise documental e econômico-financeira. Inicialmente, foram identificadas e organizadas as rubricas dos balanços selecionados,

preservando-se a distinção entre informações patrimoniais, orçamentárias e financeiras. Em seguida, foram calculados os indicadores apresentados no referencial teórico e comparados os resultados dos exercícios de 2024 e 2025. A interpretação foi organizada em três dimensões: situação patrimonial, abrangendo liquidez, composição das obrigações e patrimônio líquido; execução orçamentária, considerando previsão e realização das receitas e autorização e execução das despesas; e movimentação financeira, contemplando ingressos, dispêndios, transferências e saldos. Por fim, os resultados foram examinados conjuntamente à luz do referencial teórico, com o propósito de identificar riscos e possíveis subsídios à gestão dos recursos públicos.

Como instrumento complementar de síntese, foi utilizada a matriz SWOT para organizar os aspectos internos identificados na análise contábil e discutir possíveis condições externas de financiamento. As forças e fraquezas foram relacionadas aos resultados documentais, enquanto as oportunidades e ameaças foram tratadas como possibilidades prospectivas, sem equivaler à comprovação de sua ocorrência.

Adicionalmente, foram empregadas técnicas de estatística descritiva, com utilização de tabelas e indicadores, bem como formulações matemáticas, como quocientes e índices, a fim de analisar os dados quantitativos de forma objetiva e estruturada. Quanto ao horizonte, trata-se de uma investigação de caráter longitudinal, uma vez que houve a comparação dos dados das demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2024 e 2025 da UEA.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Diante do conteúdo abordado, as demonstrações contábeis subsidiaram as informações que são apresentadas nas tabelas e quadros a seguir, e por conseguinte, foram utilizadas para estudar e analisar as relações dos indicadores financeiros. Tais dados foram recolhidos a partir do Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro durante os anos de 2024 e 2025 da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Tabela 1. Informações extraídas do Balanço Patrimonial.

Informações	2024	2025
Ativo Circulante	**17.161.698,90**	**29.863.828,44**
Caixa e Equivalente de Caixa	13.347.814,60	23.009.774,86
Créditos a Curto Prazo	845.968,34	799.596,09
Estoques	2.967.915,96	6.054.457,49
Ativo Não Circulante	**12.566.908,61**	**6.860.123,89**
Realizável a Longo Prazo	9.370.798,84	9.370.798,84
Imobilizado	72.680.855,83	73.647.544,16
(-) Depreciação	(69.484.746,06)	(76.158.219,11)
Ativo Financeiro	**13.347.814,60**	**23.009.774,86**
Ativo Permanente	**16.380.792,91**	**13.714.177,47**
ATIVO TOTAL (Circulante + Não Circulante)	**29.728.607,51**	**36.723.952,33**
Passivo Circulante	**17.988.916,42**	**54.945.890,05**

Obrigações Trabalhistas a Pagar	785.274,54	589.137,64
Fornecedores	16.064.581,15	50.501.347,79
Obrigações Fiscais	0,00	2.619.389,18
Provisões a Curto Prazo	284.921,70	284.921,70
Demais Obrigações a Curto Prazo	854.138,97	951.093,68
Passivo Não Circulante	**22.153.439,31**	**31.189.839,85**
Demais Obrigações a Longo Prazo	22.153.439,31	31.189.839,85
Passivo Financeiro	**14.066.201,61**	**31.788.150,66**
Passivo Permanente	**37.964.446,73**	**73.800.307,31**
PASSIVO EXIGÍVEL (Circulante + Não Circulante)	**40.142.355,73**	**86.135.729,90**
Resultados Acumulados	(10.413.748,22)	(49.411.777,57)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**(10.413.748,22)**	**(49.411.777,57)**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	**29.728.607,51**	**36.723.952,33**

Fonte: Adaptado do Balanço Patrimonial da UEA (2026).

A partir da tabela apresentada, evidencia-se o dinamismo dos saldos contábeis entre as classes de ativos e passivos. Em primeiro momento, o ativo total passou de R$29,73 milhões em 2024 para R$36,72 milhões em 2025, crescimento de aproximadamente 23,5%. O principal fator foi o aumento do ativo circulante, que passou de R$17,16 milhões para R$29,86 milhões, crescimento de aproximadamente 74,0%. Ademais, o passivo exigível total

aumentou de R$40,14 milhões em 2024 para R$86,14 milhões em 2025, uma elevação de aproximadamente 114,6%.

Enquanto o ativo total cresceu 23,5%, o passivo exigível cresceu mais de duas vezes, significando que o crescimento dos recursos da entidade não acompanhou o crescimento das obrigações. Por fim, o patrimônio líquido apresentou uma queda expressiva, sofrendo uma variação negativa de aproximadamente R$38,99 milhões. Isso demonstra uma situação patrimonial bastante desfavorável: em ambos os anos, as obrigações superaram os ativos, mas essa diferença aumentou significativamente em 2025.

Tabela 2. Informações extraídas do Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.

Informações	2024	2025
Previsão Inicial	718.702.000,00	804.734.000,00
Receita Realizada	11.149.170,10	15.335.209,26
Receita Corrente - previsão inicial	764.201.714,56	942.463.187,36
Receita de Capital - previsão inicial	5.000.000,00	10.000.000,00
Dotação Inicial	718.702.000,00	804.734.000,00
Dotação Atualizada	773.460.077,86	965.458.891,42
Despesa Empenhada	764.201.714,56	942.463.187,36
Despesa Paga	750.762.960,31	911.901.859,47

Despesa de Capital - dotação inicial	55.000.000,00	60.000.000,00
Despesa Corrente - dotação inicial	663.702.000,00	744.734.000,00
Resultado Orçamentário (Receita Realizada - Despesa Empenhada)	**(753.052.544,46)**	**(927.127.978,10)**
Transferências Financeiras Recebidas	750.020.154,80	914.081.900,70
Transferências Financeiras Concedidas	126.664,08	0,00
Receita Orçamentária e Transferências Financeiras Líquidas	**761.169.324,90**	**929.417.109,96**
Receita Extraorçamentária	175.942.821,51	229.483.867,16
Despesa Extraorçamentária	175.837.305,10	206.775.829,50
Saldo de Exercício Anterior	16.401.351,93	13.347.814,60
Saldo para o Exercício Seguinte	**13.347.814,60**	**23.009.774,86**

Fonte: Adaptado do Balanço Orçamentário e Financeiro da UEA (2026).

As rubricas apresentadas preservam as etapas de previsão, autorização e execução dos valores. As transferências financeiras recebidas e concedidas foram mantidas separadas das receitas e despesas orçamentárias, permitindo examinar conjuntamente o financiamento e a movimentação dos recursos sem alterar sua classificação contábil.

A análise integrada do balanço orçamentário e do balanço financeiro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), referente aos exercícios de 2024 e 2025, evidencia a expansão da movimentação orçamentária e financeira da instituição, bem como a importância de considerar as diferentes fontes de financiamento na interpretação dos resultados.

No balanço orçamentário, as receitas realizadas informadas na tabela foram de R$11,15 milhões em 2024 e R$15,34 milhões em 2025, enquanto as despesas empenhadas alcançaram R$764,20 milhões e R$942,46 milhões, respectivamente. A diferença entre esses valores corresponde ao déficit orçamentário evidenciado no demonstrativo, que passou de aproximadamente R$753,05 milhões para R$927,13 milhões. Esse resultado deve ser interpretado considerando a estrutura de financiamento da UEA, que recebe transferências financeiras para custear suas atividades.

Nesse sentido, conforme Antunes (2026), o balanço financeiro tem por função apresentar de forma detalhada as receitas e despesas orçamentárias realizadas pela entidade. A análise do balanço financeiro complementa a avaliação ao demonstrar que as transferências financeiras recebidas aumentaram de R$ 750,02 milhões, em 2024, para R$ 914,08 milhões, em 2025, enquanto as receitas extraorçamentárias passaram de R$ 175,94 milhões para R$ 229,48 milhões. As despesas extraorçamentárias também cresceram, de R$175,84 milhões para R$206,78 milhões. Além disso, o saldo financeiro para o exercício seguinte aumentou de R$13,35 milhões para R$23,01 milhões, indicando maior saldo financeiro ao final de 2025. Portanto, embora o déficit orçamentário evidencie que as receitas realizadas informadas não foram suficientes para cobrir as despesas empenhadas, a análise integrada demonstra a relevância

das transferências recebidas e dos demais ingressos para compreender a cobertura financeira das atividades da universidade.

Tabela 3. Resultado dos indicadores do Balanço Patrimonial.

Indicador	2024	2025
Liquidez Imediata (LI)	0,74	0,42
Liquidez Corrente (LC)	0,95	0,54
Liquidez Seca (LS)	0,79	0,43
Liquidez Geral (LG)	0,66	0,46
Composição de Endividamento (CE)	0,45	0,64
Situação Financeira (SF)	0,95	0,72
Situação Permanente (SP)	0,43	0,18

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Ao analisar os indicadores financeiros do balanço patrimonial, observa-se que todos os relacionados à liquidez apresentaram uma redução no intervalo do período analisado. A liquidez imediata passou de 0,74 em 2024 para 0,42 em 2025, enquanto a liquidez corrente reduziu-se de 0,95 para 0,54. Esses resultados indicam redução da capacidade da entidade de utilizar seus recursos de curto prazo para fazer frente às obrigações exigíveis no curto prazo.

Além disso, sob a perspectiva dos passivos, a composição de endividamento evidenciou um crescimento de 0,46 para 0,64. Tal comportamento indica elevada concentração das obrigações no curto prazo, aspecto que merece atenção quando analisado

conjuntamente com a redução da liquidez corrente e da liquidez imediata.

Tabela 4. Resultado dos indicadores do Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro.

Indicador	2024	2025
Execução da Receita (ER)	0,01	0,01
Equilíbrio Orçamentário (EO)	1,08	1,20
Execução da Despesa (ED)	0,99	0,98
Execução Orçamentária Corrente (EOCo)	1,15	1,27
Execução Orçamentária de Capital (EOCa)	0,09	0,171
Resultado Orçamentário (RO)	0,01	0,02
Execução Orçamentária (EO)	0,01	0,01
Financeiro Real da execução Orçamentária (FREO)	0,01	0,01
Execução Extraorçamentária (EE)	1,00	1,11
Resultado da Execução Financeira (REF)	0,20	0,21
Resultado dos Saldos Financeiros (RSF)	0,81	1,72

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise conjunta dos indicadores evidencia a necessidade de distinguir a arrecadação de receitas orçamentárias, a execução das dotações e o financiamento das atividades institucionais. A diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada demonstra que as receitas orçamentárias registradas pela unidade não foram suficientes para cobrir suas despesas empenhadas. Essa relação,

entretanto, não permite concluir que houve baixa execução das despesas, pois a instituição também recebe transferências financeiras para o desenvolvimento de suas atividades.

O estudo em conjunto dos indicadores do balanço orçamentário e do balanço financeiro da UEA, referente aos exercícios abordados, evidencia a importância de considerar a estrutura de financiamento da instituição para compreender adequadamente sua execução orçamentária e financeira. Considerando a relação entre a receita realizada e a previsão inicial apresentada na Tabela 2, o indicador de execução da receita correspondeu a aproximadamente 1,55% em 2024 e 1,91% em 2025. Esses percentuais devem ser interpretados após a confirmação de que a previsão utilizada corresponde ao mesmo universo das receitas realizadas. Além disso, sua análise exige considerar a participação das transferências financeiras no financiamento das atividades da instituição.

O indicador denominado Resultado da Execução Financeira considera, neste estudo, apenas as receitas e despesas orçamentárias e os ingressos e dispêndios extraorçamentários previstos na fórmula apresentada. Como não incorpora as transferências financeiras, seu resultado possui alcance restrito e não representa a totalidade da movimentação financeira da UEA. A avaliação global dessa movimentação exige considerar também as transferências recebidas e concedidas e os demais fluxos evidenciados no Balanço Financeiro.

Portanto, a integração entre o balanço orçamentário e o balanço financeiro permite uma compreensão mais abrangente da execução dos recursos públicos, evidenciando tanto a origem dos recursos quanto sua movimentação e disponibilidade, além de fornecer

informações relevantes para o planejamento, o controle e a tomada de decisões na gestão institucional.

4.1. As Demonstrações Contábeis Como Instrumento de Governança e Gestão Pública da UEA

A análise das informações evidenciadas nas demonstrações contábeis da Universidade do Estado do Amazonas demonstra que esses instrumentos constituem mecanismos de apoio às práticas de governança e gestão no setor público. Conforme mencionado por Santin e Frizon (2020) anteriormente, esses instrumentos reforçam a transparência associada à *accountability*, contribuindo para uma governança pública positiva.

Em consonância com o que Kohama (2015) retrata, as demonstrações contábeis fortalecem a governança porque permitem transformar os registros financeiros e patrimoniais em informações para monitoramento, avaliação e tomada de decisão. A partir delas, gestores podem identificar desequilíbrios, acompanhar a execução das políticas e dos recursos, estabelecer medidas corretivas e planejar ações futuras.

Segundo Lima e Muniz (2016), o balanço patrimonial evidencia os aspectos qualitativos e quantitativos, ou seja, a posição estática patrimonial. A partir do balanço patrimonial, foi possível identificar alterações relevantes nos níveis de liquidez, o aumento do ativo circulante, de aproximadamente R$17,16 milhões para R$29,86 milhões, o passivo circulante aumentou de aproximadamente R$17,99 milhões para R$54,95 milhões. Consequentemente, os indicadores de liquidez apresentaram redução, como a liquidez corrente, que passou de 0,95 para 0,54, e a liquidez geral, que caiu

de 0,66 para 0,46. Além disso, o patrimônio líquido negativo passou de aproximadamente R$10,41 milhões para R$49,41 milhões negativos, evidenciando a necessidade de acompanhamento dos riscos relacionados à capacidade de cumprimento das obrigações e à sustentabilidade patrimonial.

A avaliação da execução das despesas requer a comparação entre os valores empenhados e a dotação atualizada. Esse indicador deve ser interpretado separadamente da relação entre receitas realizadas e despesas empenhadas, uma vez que expressam dimensões distintas da execução orçamentária. No caso da UEA, a análise também deve considerar as transferências financeiras recebidas, essenciais à compreensão de sua estrutura de financiamento. Assim, as informações dos balanços orçamentário e financeiro se complementam na avaliação da autorização, da execução e da cobertura financeira das atividades institucionais. A execução das despesas permaneceu elevada, em 0,99 e 0,98, respectivamente, mostrando que do valor inicialmente fixado, os empenhos seguiram em conformidade com o esperado. Portanto, tais dados estão em conformidade com o que foi apresentado por Costa e Coelho (2026), uma vez que evidencia a execução do orçamento público, permitindo comparar os valores planejados com os efetivamente realizados.

Quanto ao balanço financeiro, também foram observados elementos relevantes para a governança. O saldo para o exercício seguinte aumentou de aproximadamente R$13,35 milhões em 2024 para R$23,01 milhões em 2025, enquanto o indicador de resultado dos saldos financeiros passou de 0,81 para 1,72. Essas informações favorecem o acompanhamento da disponibilidade financeira e podem subsidiar decisões relacionadas ao planejamento e à

continuidade das atividades institucionais, colaborando com o que Silva e Oliveira (2024) orientam, exercendo a finalidade de subsidiar e avaliar a gestão financeira.

Dessa forma, a análise integrada das demonstrações contábeis contribui para o fortalecimento da gestão ao fornecer informações que subsidiam o planejamento, o controle, o monitoramento e a tomada de decisões pelos gestores públicos. Um ponto válido a ser considerado, fundamentado por Kohama (2015), refere-se que a análise das demonstrações contábeis é um processo integrado de fatos econômicos e financeiros, baseado nas informações extraídas dos demonstrativos públicos, ou seja, indo além de uma simples análise de números e de um único demonstrativo financeiro. Ressalta-se, contudo, que a existência de indicadores orçamentários e financeiros favoráveis não deve ser interpretada isoladamente, considerando que os resultados patrimoniais da UEA evidenciaram redução dos níveis de liquidez, aumento das obrigações e agravamento do patrimônio líquido negativo entre 2024 e 2025. Portanto, a utilização conjunta das demonstrações contábeis amplia a capacidade de identificação de riscos, fortalece os mecanismos de controle e proporciona uma visão mais abrangente da gestão dos recursos públicos, contribuindo para práticas de gestão orientadas à eficiência, transparência, responsabilidade e prestação de contas.

4.2. Transparência e *Accountability* na Gestão dos Recursos Públicos da UEA

A transparência na administração pública está relacionada à disponibilização de informações que possibilitam aos usuários internos e externos acompanhar os registros da gestão dos recursos públicos. Neste contexto, o MCASP (2024) aponta que a

contabilidade aplicada ao setor público deve fornecer informações úteis aos diferentes usuários, permitindo a compreensão da situação patrimonial, orçamentária e financeira das entidades e cooperando para a prestação de contas e o cumprimento do princípio da publicidade.

No caso da UEA, a análise conjunta das demonstrações permite perceber que a prestação de contas não deve se limitar à divulgação dos valores recebidos e das despesas realizadas. É preciso também compreender os compromissos assumidos pela instituição e as obrigações que estão registradas ao final de cada exercício. Essa relação é importante pois a disponibilidade financeira, quando observada de forma isolada, não demonstra necessariamente quanto dos recursos está efetivamente livre de compromissos. Desse modo, o confronto entre as informações apresentadas nos balanços oferece uma visão mais ampla das condições em que os recursos públicos são administrados.

Essa análise também ressalta uma questão importante para a *accountability*: apresentar os registros contábeis é apenas uma parte da prestação de contas. Para que as informações permitam uma avaliação mais consistente da gestão, é necessário que sejam compreensíveis e possibilitem identificar não apenas os recursos movimentados, mas também os compromissos assumidos e as justificativas relacionadas às decisões administrativas. Essa perspectiva está de acordo com Bovens (2007), para quem a *accountability* envolve a apresentação de informações, a justificação das ações e a responsabilização dos agentes públicos. Santana (2021) também destaca a contribuição da contabilidade pública para acompanhamento e a fiscalização dos recursos pela sociedade.

Dessa maneira, as demonstrações contábeis analisadas oferecem uma base para ampliar o entendimento sobre a gestão financeira da UEA e podem subsidiar o controle social, conforme discutem Santin e Frizon (2020). Porém, os documentos examinados não possibilitam identificar como essas informações são usadas pelos gestores nem verificar se resultaram em mudanças nas decisões administrativas. Portanto, sua principal contribuição, no âmbito desta pesquisa está em destacar aspectos da gestão que podem ser acompanhados e questionados, favorecendo uma prestação de contas mais clara e fundamentada.

4.3. Aplicação da Matriz SWOT na Avaliação da Gestão Financeira

Com base nos resultados obtidos, foi elaborada a Matriz SWOT para relacionar aspectos internos identificados nas demonstrações contábeis às condições externas que podem influenciar a gestão financeira da UEA. A ferramenta permite enxergar não apenas pontos favoráveis e fragilidades, mas também as possibilidades de riscos associados ao seu ambiente de financiamento.

Quadro 4. Matriz SWOT da situação patrimonial, orçamentária e financeira da UEA.

Forças	Fraquezas
• Crescimento das receitas orçamentárias realizadas entre os exercícios analisados. • Aumento do saldo financeiro ao encerramento de 2025.	• Redução dos indicadores de liquidez. • Maior concentração das obrigações no curto prazo. • Aumento do passivo exigível. • Redução do patrimônio líquido.

Oportunidades	Ameaças
• Possibilidade de acesso a fontes complementares de financiamento público para investimentos, condicionada à existência de programas e instrumentos compatíveis com as demandas institucionais. • Possibilidade de participação em iniciativas governamentais de financiamento voltadas à manutenção e à ampliação da infraestrutura universitária.	• Possibilidade de redução ou atraso das transferências financeiras destinadas à instituição. • Restrições fiscais e orçamentárias estaduais com possíveis efeitos sobre o financiamento das atividades universitárias.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os aspectos classificados como forças correspondem a movimentos favoráveis observados no período e devem ser interpretados em conjunto com as fragilidades identificadas. O crescimento das receitas realizadas e do saldo financeiro não comprova, isoladamente, melhoria da capacidade de cobertura das obrigações ou da eficiência da gestão.

Os aspectos internos identificados na matriz demonstram que a situação financeira da UEA apresentou resultados distintos entre suas dimensões financeira e patrimonial. embora o saldo financeiro para o exercício seguinte tenha aumentado, os indicadores de liquidez apresentaram certa redução. Isso mostra que uma maior disponibilidade financeira ao encerramento do exercício não significa, necessariamente, maior capacidade para cobrir as obrigações. Essa interpretação se reforça pelo crescimento do

passivo exigível e pela redução do patrimônio líquido, que sugerem fragilidades na situação patrimonial da instituição.

Quanto ao ambiente externo, a ampliação do acesso a fontes complementares de financiamento pode representar uma oportunidade para a manutenção e o desenvolvimento das atividades institucionais. Entretanto, as demonstrações contábeis examinadas não permitem comprovar a existência ou a disponibilidade de programas específicos, razão pela qual essas oportunidades são apresentadas como possibilidades prospectivas. Em relação às ameaças, eventuais restrições fiscais, reduções ou atrasos nos repasses estaduais podem afetar o financiamento das atividades da universidade. A dependência de transferências, por sua vez, constitui uma característica de sua estrutura de financiamento, cuja exposição a esses riscos demanda acompanhamento.

Dessa maneira, a matriz evidencia que a avaliação da gestão financeira não deve considerar apenas os recursos disponíveis, mas também as obrigações assumidas e as condições externas de financiamento. Essa análise se aproxima da perspectiva de governança apresentada pelo TCU (2020), especialmente quanto à consideração dos riscos relacionados à administração dos recursos públicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender como a análise das demonstrações contábeis da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pode contribuir para a boa gestão dos recursos públicos, considerando aspectos relacionados à eficiência, ao

controle e à gestão no setor público. Para alcançar esse propósito, foram analisados o balanço patrimonial, o balanço orçamentário e o balanço financeiro referentes aos exercícios de 2024 e 2025, por meio da comparação dos valores evidenciados e da interpretação dos indicadores contábeis, conforme a literatura de Kohama (2015), buscando identificar aspectos relevantes da situação patrimonial, orçamentária e financeira da instituição.

Os resultados da análise do balanço patrimonial evidenciaram uma deterioração dos indicadores patrimoniais e de liquidez entre os exercícios estudados. Embora o ativo total tenha aumentado de aproximadamente R$29,73 milhões, em 2024, para R$36,72 milhões, em 2025, as obrigações exigíveis cresceram de aproximadamente R$40,14 milhões para R$86,14 milhões. Consequentemente, o patrimônio líquido negativo passou de R$10,41 milhões para R$49,41 milhões negativos. Além disso, a liquidez corrente diminuiu de 0,95 para 0,54, enquanto a liquidez geral passou de 0,66 para 0,46. Esses resultados indicam uma redução da capacidade relativa de cobertura das obrigações e demonstram a importância do acompanhamento contínuo da situação patrimonial e dos compromissos financeiros da universidade.

Em relação ao Balanço Orçamentário, as receitas realizadas foram inferiores às despesas empenhadas nos dois exercícios. A interpretação desse resultado exige considerar a estrutura de financiamento da UEA, cujas atividades também são custeadas por transferências financeiras recebidas. Dessa forma, o déficit apresentado não deve ser utilizado isoladamente como evidência de insuficiência de financiamento ou de inadequação da gestão, sendo necessário confrontá-lo com a movimentação financeira e com as obrigações registradas nos demais demonstrativos.

Quanto ao balanço financeiro, verificou-se que o total de ingressos e dispêndios aumentou de aproximadamente R$953,51 milhões, em 2024, para R$1,17 bilhão, em 2025. O saldo financeiro para o exercício seguinte também apresentou crescimento, passando de aproximadamente R$13,35 milhões para R$23,01 milhões. Esse resultado demonstra o aumento da disponibilidade financeira registrada ao final de 2025, fornecendo informações relevantes para o planejamento e o acompanhamento dos recursos financeiros. Todavia, a elevação do saldo financeiro não deve ser interpretada isoladamente como evidência de melhoria geral da situação econômica e patrimonial da instituição, uma vez que os indicadores do Balanço Patrimonial apontaram redução da liquidez e aumento das obrigações.

A partir dos dados apresentados, no que tange a pergunta norteadora da pesquisa, ela foi respondida através da identificação e interpretação dos comportamentos patrimoniais, orçamentários e financeiros da instituição pública. A análise demonstrou que as demonstrações contábeis, quando examinadas conjuntamente e complementadas por indicadores, permitem identificar tendências, reconhecer situações que exigem atenção, acompanhar a execução do orçamento e avaliar a capacidade de cumprimento das obrigações. Portanto, constituem instrumentos de apoio ao planejamento, ao controle e à tomada de decisões. Além disso, a identificação de fragilidades, como a redução dos índices de liquidez e o agravamento do patrimônio líquido negativo, pode subsidiar a adoção de medidas corretivas, o aprimoramento do planejamento financeiro e o monitoramento dos riscos. Assim, a contribuição das informações contábeis para a gestão não se limita à divulgação de resultados, mas envolve sua utilização efetiva.

Como contribuição teórica, o estudo reforça a importância da análise integrada das demonstrações contábeis como instrumento de avaliação da gestão pública, articulando os conceitos de contabilidade aplicada ao setor público, eficiência, transparência, accountability e governança. No âmbito prático, os resultados oferecem subsídios para que os gestores da UEA, bem como os setores responsáveis pelo planejamento, pela contabilidade e pelo controle, identifiquem aspectos que demandam acompanhamento, aprimorem o monitoramento dos indicadores e utilizem as informações contábeis no processo decisório.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o período de análise, abrangendo uma série histórica maior, para identificar tendências e verificar a persistência das variações patrimoniais, orçamentárias e financeiras. A pesquisa apresenta limitações relacionadas à análise de apenas dois exercícios financeiros, à investigação de uma única instituição e à utilização das informações contidas nas demonstrações contábeis selecionadas. As notas explicativas não integraram o corpus analisado, o que restringiu o esclarecimento da composição de determinadas rubricas e das causas das variações observadas. Além disso, o estudo não avaliou diretamente a eficiência da aplicação dos recursos nem investigou a utilização das informações contábeis pelos gestores. Essas limitações delimitam o alcance das conclusões e indicam possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras. Conclui-se, portanto, que a análise das demonstrações contábeis pode representar um recurso relevante para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos da Universidade do Estado do Amazonas, pois transforma os registros contábeis em informações capazes de subsidiar o planejamento, o controle, a identificação de riscos e a tomada de decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS. Universidade do Estado do Amazonas. **Demonstrações Contábeis do Balanço Geral 2024.** Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, nº 35.430, 24 mar. 2025, p. 86-91. Disponível em: https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/. Acesso em: 2 maio 2026.

AMAZONAS. Universidade do Estado do Amazonas. **Demonstrações Contábeis do Balanço Geral 2025.** Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, nº 35.669, 24 mar. 2026, p. 40-43. Disponível em: https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/. Acesso em: 2 maio 2026.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ANTUNES, Thais Coelho. A diferença entre a contabilidade pública e a contabilidade privada. **Revista FT,** [S. l.], v. 30, n. 156, p. 1–16, 2026. DOI: https://doi.org/10.69849/b0ge0k61. Disponível em: https://revistaft.com/ft/article/view/89. Acesso em: 2 maio 2026.

BOVENS, Mark. Analysing and assessing accountability: a conceptual framework. **European Law Journal,** v. 13, n. 4, p. 447–468, 2007.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).** 11. ed. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp-1. Acesso em: 8 nov. 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança organizacional para organizações públicas e outros**

entes jurisdicionados ao TCU. 3. ed. Brasília, DF: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2020.

COSTA, Claudivan da Silva. **Análise das demonstrações contábeis no setor público: avaliação de indicadores financeiros e de solvência.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Contabilidade Pública) – Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016.

COSTA, Karla Maria Ramos; COELHO, Nireide Saraiva. Planejamento e execução orçamentária do município de Palmácia. **Revista Razão Contábil e Finanças,** v. 17, n. 1, 2026. DOI: https://doi.org/10.71136/rrcef.v17i1.1099. Disponível em: https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/razao-contabeis-e-financas/article/view/1099. Acesso em: 2 maio 2026.

FRAGA, Alex. **A gestão do gasto público com pessoal como instrumento de autonomia das universidades federais brasileiras.** 2024. 121 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2024.

GALVÃO, Renato Martins; CARVALHO, Hugo Leonardo Menezes de. Aderência das notas explicativas dos estados às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **Cadernos Cajuína,** [S. l.], v. 11, n. 3, p. e2133, 2026. DOI: https://doi.org/10.52641/cadcajv11i3.2133. Disponível em: https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/2133. Acesso em: 2 maio 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC); CHARTERED INSTITUTE OF PUBLIC FINANCE AND ACCOUNTANCY (CIPFA). **International framework: good governance in the public sector.** New York: IFAC, 2014.

KOHAMA, Heilio. **Balanços públicos: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KRUGER, Juliano Milton. **Gestão tributária e orçamento municipal.** Brasília, DF: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021.

KRUGER, Juliano Milton. **Metodologia da pesquisa em administração: em linguagem descomplicada.** Curitiba, PR: Editora Bagai, 2023. DOI: https://doi.org/10.37008/978-65-5368-212-2.03.04.23.

LIMA, Raumaxciene Parente; BEZERRA, Francisco Antonio. Gestão fiscal e a eficiência do gasto público em educação e saúde nos estados brasileiros. **Revista do Serviço Público,** Brasília, DF, v. 73, n. 2, p. 359–378, abr./jun. 2022.

LIMA, Severino Cesário de; MUNIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade pública: análise financeira governamental.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MEJÍA ACOSTA, Andrés. The impact and effectiveness of accountability and transparency initiatives: the governance of natural resources. **Development Policy Review,** v. 31, supl. 1, p. S89–S105, 2013. DOI: https://doi.org/10.1111/dpr.12021.

MUSGRAVE, Richard A. **The theory of public finance: a study in public economy.** New York: McGraw-Hill, 1959.

SANTANA, Chiara Fernanda Gomes. A contabilidade pública como instrumento de controle social. **REPAE: Revista de Ensino e**

Pesquisa em Administração e Engenharia, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 52–63, 2021. DOI: https://doi.org/10.51923/repae.v6i1.208. Disponível em: https://repae-online.com.br/index.php/REPAE/article/view/208. Acesso em: 27 out. 2026.

SANTIN, Janaína Rigo; FRIZON, Leone. Administração consensual, accountability e transparência na administração pública brasileira. **Revista de Direito da Cidade,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1435–1458, 2020.

SANTOS, Geovane Camilo dos; ANDRADE, Sandro Angelo de. Análise por meio de indicadores patrimoniais, financeiros e orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade,** v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/292. Acesso em: 4 abr. 2026.

SIDUMO, Ivan Ricardo; MACANE, Agostinho Valente. O papel dos relatórios financeiros no desempenho organizacional: uma análise das demonstrações financeiras da empresa Cicoti, LDA no período de 2020 a 2021. **Revista Educação & Inovação,** [S. l.], v. 2, n. 7, 2026. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v2i7.359. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/359. Acesso em: 2 maio 2026.

SILVA, M. C. da; OLIVEIRA, E. J. de. Demonstrações contábeis públicas: o que analisar? **Revista de Gestão e Secretariado,** [S. l.], v. 15, n. 3, p. e3605, 2024. DOI: https://doi.org/10.7769/gesec.v15i3.3605. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3605. Acesso em: 11 abr. 2026.

SILVA, Michele Prata da; COUTO, Carlos Henrique da Mota; CARDOSO, Antônio Augusto Brion. Análise das demonstrações contábeis como ferramenta de suporte à gestão financeira. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia,** v. 7 n. 1 (2016). Disponível em: https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/244. Acesso em: 07 nov. 2026.

---

[1] Discente do Curso Superior de Ciências Contábeis da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Discente do Curso Superior de Ciências Contábeis da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] Docente. Possui estudos pós-doutorais na área de Economia da Inovação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Doutor em Ciências da Administração pela Universidade do Minho (Portugal) e Doutor em Ciências da Educação pela UNADES (Paraguai). Mestre em Gestão pela Universidade de Coimbra (Portugal) e Mestre em Ciências da Educação pela UNADES (Paraguai). Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Licenciatura em Matemática (FIAR). É professor efetivo da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), atuando no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão acadêmica. Desenvolve estudos nas áreas de Administração, Contabilidade, Educação, Empreendedorismo, Inovação, Sustentabilidade e

Desenvolvimento Regional, com ênfase em contextos amazônicos. Atua também como consultor de negócios. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail